

## **CADERNO DE ENCARGOS**

“Aquisição de serviços de agência de viagens e similares para a Reitoria da  
Universidade NOVA de Lisboa”

## **CONCURSO PÚBLICO**

com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia

**REFERÊNCIA: R000-2024/1001**

**RUNL – 2024**

## Índice

<b>CLÁUSULA 1.<sup>a</sup> - OBJETO .....</b>	<b>3</b>
<b>CLÁUSULA 2.<sup>a</sup> - DISPOSIÇÕES E CLÁUSULAS POR QUE SE REGE O CONTRATO .....</b>	<b>3</b>
<b>CLÁUSULA 3.<sup>a</sup> - PRAZO .....</b>	<b>4</b>
<b>CLÁUSULA 4.<sup>a</sup> - PREÇO BASE E CONTRATUAL.....</b>	<b>4</b>
<b>CLÁUSULA 5.<sup>a</sup> - REVISÃO DE PREÇOS E ADIANTAMENTOS .....</b>	<b>5</b>
<b>CLÁUSULA 6.<sup>a</sup> - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.....</b>	<b>5</b>
<b>CLÁUSULA 7.<sup>a</sup> - LOCAL DA PRESTAÇÃO .....</b>	<b>6</b>
<b>CLÁUSULA 8.<sup>a</sup> - GESTOR DO CONTRATO .....</b>	<b>7</b>
<b>CLÁUSULA 9.<sup>a</sup> - VERIFICAÇÃO E ACEITAÇÃO DO OBJETO DO CONTRATO.....</b>	<b>7</b>
<b>CLÁUSULA 10.<sup>a</sup> - OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO ADJUDICATÁRIO.....</b>	<b>8</b>
<b>CLÁUSULA 11.<sup>a</sup> - PERFORMANCE.....</b>	<b>10</b>
<b>CLÁUSULA 12.<sup>a</sup> - SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE NO TRABALHO .....</b>	<b>11</b>
<b>CLÁUSULA 13.<sup>a</sup> - CESSAÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>CLÁUSULA 14.<sup>a</sup> - RESOLUÇÃO SANCIONATÓRIA .....</b>	<b>11</b>
<b>CLÁUSULA 15.<sup>a</sup> - PENALIDADES CONTRATUAIS.....</b>	<b>12</b>
<b>CLÁUSULA 16.<sup>a</sup> - FORÇA MAIOR .....</b>	<b>14</b>
<b>CLÁUSULA 17.<sup>a</sup> - ALTERAÇÕES RELATIVAS AO ADJUDICATÁRIO.....</b>	<b>15</b>
<b>CLÁUSULA 18.<sup>a</sup> – SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL.....</b>	<b>15</b>
<b>CLÁUSULA 19.<sup>a</sup> – SIGILO E PUBLICIDADE .....</b>	<b>15</b>
<b>CLÁUSULA 20.<sup>a</sup> – PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS.....</b>	<b>16</b>
<b>CLÁUSULA 21.<sup>a</sup> – SEGUROS.....</b>	<b>18</b>
<b>CLÁUSULA 22.<sup>a</sup> – CAUÇÃO .....</b>	<b>18</b>
<b>CLÁUSULA 23.<sup>a</sup> – EXECUÇÃO DA CAUÇÃO .....</b>	<b>18</b>
<b>CLÁUSULA 24.<sup>a</sup> – LIBERAÇÃO, SUBSTITUIÇÃO E REFORÇO DA CAUÇÃO.....</b>	<b>19</b>
<b>CLÁUSULA 25.<sup>a</sup> - NOTIFICAÇÕES E COMUNICAÇÕES.....</b>	<b>19</b>
<b>CLÁUSULA 26.<sup>a</sup> - CONTAGEM DOS PRAZOS .....</b>	<b>19</b>
<b>CLÁUSULA 27.<sup>a</sup> - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E JURISDIÇÃO COMPETENTE.....</b>	<b>19</b>
<b>CLÁUSULA 28.<sup>a</sup> - CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL .....</b>	<b>20</b>
<b>ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS .....</b>	<b>21</b>
<b>ANEXO I .....</b>	<b>21</b>
<b>CLÁUSULAS TÉCNICAS.....</b>	<b>21</b>

## Procedimento - R000-2024/1001

“Aquisição de serviços de agência de viagens e similares para a Reitoria da  
Universidade NOVA de Lisboa”

### CLÁUSULA 1.<sup>a</sup> - OBJETO

1. O presente Contrato Encargos (CE) compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual de **“Concurso Público com publicação de anúncio internacional”** que tem por objeto, nos termos e condições das “Especificações Técnicas”, que fazem parte integrante das peças oficiais do presente procedimento, a **“Aquisição de serviços de agência de viagens e similares para a Reitoria da Universidade NOVA de Lisboa”**.
2. O objeto do contrato a celebrar encontra-se classificado, de acordo com o Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV), aprovado como anexo ao Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão Europeia, de 28 de novembro de 2007, com o seguinte código:
  - **CPV:** 63510000-7 - Serviços de agências de viagens e serviços similares.

### CLÁUSULA 2.<sup>a</sup> - DISPOSIÇÕES E CLÁUSULAS POR QUE SE REGE O CONTRATO

1. O Contrato será reduzido a escrito e é composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos.
2. O Contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
  - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
  - c) O Caderno de Encargos;

- d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo Adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
  4. Em caso de divergências entre os documentos referidos no número 2 anterior e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo Adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º do referido diploma legal.

#### **CLÁUSULA 3.ª - PRAZO**

1. O contrato produz os seus efeitos a partir da sua assinatura, mantendo-se em vigor pelo período de **15 (quinze) meses**, sem prejuízo das obrigações acessórias, contratuais e legais que devam perdurar para além da cessação do mesmo.

#### **CLÁUSULA 4.ª - PREÇO BASE E CONTRATUAL**

1. O preço base, de acordo com o previsto no artigo 47.º do CCP, entendido como o preço máximo que a Entidade adjudicante se dispõe pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do Contrato, é fixado no montante de **€ 404 760,44 (quatrocentos e quatro mil, setecentos e sessenta euros e quarenta e quatro cêntimos)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se devido.
2. O preço contratual, de acordo com o previsto no artigo 97.º do CCP, entendido como o preço que a Entidade adjudicante pagará pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do Contrato, será fixado de acordo com a proposta adjudicada.
3. O preço contratual, definido pela proposta adjudicada no âmbito do presente procedimento, deve incluir todos os licenciamentos, direitos, custos, encargos e despesas inerentes à execução do objeto do contrato.

cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Entidade adjudicante, compreendendo, nomeadamente, se aplicável, os relativos a alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, seguros, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças e outros encargos legalmente devidos.

#### **CLÁUSULA 5.ª - REVISÃO DE PREÇOS E ADIANTAMENTOS**

1. O preço contratual é fixo e não está sujeito a revisão de preços.
2. Não haverá lugar a adiantamentos no âmbito da execução do Contrato.

#### **CLÁUSULA 6ª - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

1. Os pagamentos ao abrigo do Contrato serão efetuados, após verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento de despesas públicas, diretamente pela Entidade adjudicante e em nome da qual deverão ser emitidas as faturas, conforme previsto nas Especificações Técnicas, com indicação do número de compromisso comunicado oportunamente.
2. As quantias devidas pela Entidade adjudicante devem ser pagas no prazo de 30 (trinta) dias após a data da receção das faturas, pelos serviços competentes daquela, e depois de estas terem sido certificadas pelo Gestor do Contrato.
3. Para os efeitos do número anterior, as faturas só podem ser emitidas após o vencimento das obrigações a que dizem respeito.
4. Em caso de discordância por parte da Entidade adjudicante, nomeadamente quanto aos valores indicados nas faturas, esta deverá comunicá-la e os respetivos fundamentos ao Adjudicatário, por escrito, o qual ficará obrigado a prestar os esclarecimentos necessários e/ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.
5. De acordo com a Diretiva 2014/55/EU e Decreto-Lei n.º 123/2018, de 28 de dezembro, a Entidade adjudicante está obrigada a receber faturas eletrónicas no modelo a que se refere o n.º 3 do art.º 299.º-B do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto.

6. O modelo integrado de receção de faturação eletrónica adotado pela Entidade adjudicante é o EDI (Intercâmbio Eletrónico de Dados), sendo que os operadores económicos deverão enviar as suas faturas eletrónicas através de interligação dos seus *softwares* de faturação com a Rede *Saphety* ou outra ou, em alternativa, através do acesso ao Portal *SaphetyDoc*.
7. A *Saphety* dispõe de uma linha de apoio aos fornecedores da Administração Pública, com vista ao esclarecimento de questões relativas à adesão à faturação eletrónica, através do *email* [fornecedores.saphetygov@saphety.com](mailto:fornecedores.saphetygov@saphety.com) ou do telefone +351 210 174 065 (dias úteis 9h-13h e 14h-18h).
8. Em alternativa aos meios suprarreferidos, as faturas deverão ser enviadas mensalmente para o *email* [faturas@unl.pt](mailto:faturas@unl.pt) em formato *pdf.*, após a realização dos serviços, até ao termo do prazo de execução do contrato.
9. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no precedente n.º 1, as faturas serão pagas mediante transferência bancária.
10. A inobservância dos prazos de pagamento previstos no precedente n.º 1 confere ao Adjudicatário o direito ao pagamento dos correspondentes juros moratórios, sem prejuízo dos demais direitos que legalmente lhe assistam.
11. Os juros previstos na lei para a mora no pagamento só serão abonados ao Adjudicatário desde que esta o solicite expressamente, mediante requerimento dirigido à Entidade adjudicante.

#### **CLÁUSULA 7.<sup>a</sup> - LOCAL DA PRESTAÇÃO**

1. Os serviços objeto do presente procedimento devem ser prestados na Reitoria da UNL, sita no *Campus* da Campolide, 1099-085 Lisboa, e/ou nas instalações das entidades referidas na cláusula 1.<sup>a</sup> e/ou remotamente através de ligação segura e/ou em conformidade com as instruções da Entidade Adjudicante;

#### **CLÁUSULA 8.ª - GESTOR DO CONTRATO**

1. A Entidade adjudicante designa como “Gestor do Contrato”, nos termos e para os efeitos do previsto no artigo 290.º-A do CCP e para validação da faturação, com exceção da execução financeira, Cláudia Sintra – técnica superior do Núcleo de Secretariado (UAR-NS).
2. Sem prejuízo do previsto no CCP, compete ao Gestor do Contrato monitorizar a execução do mesmo e comunicar ao Adjudicatário desvios, defeitos ou outras anomalias na respetiva execução, propondo as medidas corretivas que, em cada caso, se revelarem adequadas.
3. O Adjudicatário fica obrigado a manter contatos permanentes com o Gestor do Contrato designado, que deve ser informado, cabal e atempadamente, da evolução da respetiva execução, através da entrega de relatórios sobre a atividade desenvolvida e eventuais problemas que possam surgir, cuja periodicidade, metodologia de preparação, formato e entrega deverá ser combinada com o mesmo.
4. Após a avaliação da documentação apresentada com a proposta ou ainda por consulta aos relatórios de progresso que forem sendo apresentados/aprovados durante a execução do Contrato, a Entidade adjudicante poderá efetuar vistorias para verificar se o objeto contratual refletido na Proposta Adjudicada está a ser cumprido, em conformidade com as Especificações Técnicas e com os níveis de qualidade exigidos.

#### **CLÁUSULA 9.ª - VERIFICAÇÃO E ACEITAÇÃO DO OBJETO DO CONTRATO**

1. Sem prejuízo de outras diligências especialmente previstas uma vez fornecidos os bens/prestados os serviços, a Entidade adjudicante, através do Gestor de Contrato, procede à análise quantitativa e qualitativa dos mesmos, com vista a verificar, respetivamente, se os mesmos reúnem as características, quantidades e requisitos técnicos definidos nas peças oficiais do procedimento, conforme aplicável.
2. Na análise a que se refere o número anterior, o Adjudicatário deve prestar à Entidade adjudicante toda a cooperação e esclarecimentos necessários.
3. No caso da análise a que se refere o n.º 1 *supra* não comprovar a sua conformidade ou no caso de existirem discrepâncias com as características, quantidades e requisitos técnicos definidos nas peças

oficiais do procedimento, a Entidade adjudicante informará, por escrito, o Adjudicatário.

4. No caso previsto no número anterior, o Adjudicatário deve proceder, à sua custa, no prazo razoável que for determinado pela Entidade adjudicante, às alterações e/ou substituições e complementos necessários para garantir o cumprimento das exigências legais e das características, quantidades, especificações e requisitos técnicos exigidos.
5. Após a realização das alterações e/ou substituições e complementos necessários pelo Adjudicatário, a Entidade adjudicante procede a nova análise, nos termos do precedente n.º 1.
6. Caso a análise a que se refere o n.º 1 comprove a total conformidade com as exigências legais e não sejam detetadas quaisquer discrepâncias com as características, quantidades e requisitos técnicos definidos nas peças oficiais do procedimento, os bens fornecidos serão considerados conformes.
7. A declaração de conformidade não implica a aceitação de eventuais defeitos e/ou discrepâncias dos bens e/ou serviços com as características, especificações, quantidades e requisitos técnicos previstos ou que, porventura, resultem de exigências legais, que não eram visíveis, nem foram detetados durante o período de verificação.

#### **CLÁUSULA 10.ª - OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO ADJUDICATÁRIO**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Contrato ou nas cláusulas contratuais, da celebração do Contrato decorre para o Adjudicatário a obrigação do exato e pontual cumprimento das prestações contratadas, de acordo com o previsto na proposta adjudicada, nas peças procedimentais e na legislação aplicável em vigor em cada momento.
2. O Adjudicatário fica obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à execução do objeto do Contrato, bem como aos estabelecimento, monitorização e aperfeiçoamento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo, de acordo com o previsto no Contrato.



3. A deteção de situações anómalas no âmbito das prestações contratadas obriga à comunicação imediata das mesmas à Entidade adjudicante, sendo o Adjudicatário responsável pelas consequências da não comunicação imediata.
4. O Adjudicatário é responsável pela qualidade técnica, funcional e operacional dos bens/serviços fornecidos/prestados, bem como pelo cumprimento do enquadramento legal aplicável a cada situação, correndo por sua conta a reparação dos danos e prejuízos causados por situações de incumprimento incluindo os decorrentes de eventuais perdas de garantia dos bens/serviços abrangidos.
5. O Adjudicatário fica vinculado, nomeadamente, às seguintes obrigações:
  - a) Obrigação de prestação dos serviços, nas quantidades, nos termos e condições definidos, na proposta adjudicada e nas peças oficiais do presente procedimento, em conformidade com as especificações técnicas em especial;
  - b) Se aplicável, entrega dos bens/serviços identificados na sua proposta, nos locais indicados pela NOVA;
  - c) Se aplicável, garantia dos bens de equipamento, no mínimo, pelo prazo de três anos a contar da data da sua aceitação, contra quaisquer não-conformidades ou discrepâncias com as exigências legais e com as características, especificações e requisitos técnicos, correndo por sua conta todos os encargos inerentes à reposição dos resultados contratados, se aplicável;
  - d) Se aplicável, manutenção dos bens de equipamento;
  - e) Comunicar antecipadamente, à NOVA, de forma fundamentada, logo que deles tenha conhecimento, os fatos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços ou o cumprimento de qualquer obrigação, obrigando-se, se tal foi aceite e oportuno, a restabelecer ou reparar o incumprimento em prazo razoável;
  - f) Assegurar que para todas as matérias colocadas pela NOVA ao respetivo Gestor de Cliente, o tempo de resposta não exceda 10 (dez) dias úteis, nas situações normais e 3 (três) dias úteis nas situações urgentes;

- g) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à NOVA, ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;
- h) Manter durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de aquisição, bem como a situação tributária e perante a segurança social regularizadas;
- i) Providenciar a emissão de fatura após o vencimento da obrigação titulada pela mesma, e respetiva entrega na morada indicada na nota de encomenda, bem como emissão de relatórios de faturação, se solicitados, que permitam à Entidade adjudicante monitorizar o contrato celebrado;
- j) Prestar os esclarecimentos necessários relativamente aos valores indicados na fatura, bem como emissão de nova fatura corrigida ou equivalente, se for o caso;
- k) Respeitar as normas europeias e portuguesas, as especificações e homologações de organismos oficiais e fabricantes ou entidades detentoras de patentes.

#### **CLÁUSULA 11.<sup>a</sup> - PERFORMANCE**

1. Sem prejuízo dos demais requisitos técnicos constantes do presente documento e respetivos anexos, o Adjudicatário deve garantir sempre a pesquisa e a disponibilização de informação sobre as tarifas aéreas, de alojamento, de transporte ferroviário e de aluguer de viaturas mais económicas, aplicáveis, respetivamente, a cada concreta deslocação e estada.
2. Sempre que a Entidade Adjudicante, por sua iniciativa, encontrar no mercado tarifa mais económica do que as disponibilizadas nos termos do número anterior, a mesma prevalece e obriga o Adjudicatário, sem prejuízo do disposto do n.º 4 do Ponto B das Especificações Técnicas.
3. Quando seja cobrada uma taxa de emissão de bilhete para viagem aérea, o valor desta não pode ser superior ao valor praticado ao balcão pela respetiva companhia aérea.

#### **CLÁUSULA 12.<sup>a</sup> - SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE NO TRABALHO**

4. O Adjudicatário fica sujeito ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre segurança, higiene e saúde no trabalho relativamente a todos os recursos humanos afetos à prestação de serviços, sendo da sua conta os encargos que resultem de tais obrigações.
5. O Adjudicatário é obrigado a acautelar, em conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, a vida e a segurança dos recursos humanos afetos à execução do contrato e a prestar-lhes a assistência médica de que careçam por motivo de acidente de trabalho.
6. Em caso de negligência do Adjudicatário no cumprimento das obrigações estabelecidas nos números anteriores a NOVA poderá tomar, à custa daquele, as providências que se revelem necessárias, sem que tal facto diminua as responsabilidades do Adjudicatário.
7. O Adjudicatário está obrigado a apresentar apólices de seguro contra acidentes de trabalho, relativamente a todos os recursos humanos afetos à execução do contrato, sempre que exigido pela NOVA.
8. O Adjudicatário designará um Gestor de Segurança, com a qualificação mínima de Técnico de Segurança e Higiene no Trabalho.

#### **CLÁUSULA 13.<sup>a</sup> - CESSAÇÃO**

O Contrato cessará nas seguintes situações:

- a) Impossibilidade objetiva permanente, não imputável a qualquer das partes;
- b) Caducidade ou resolução;
- c) Demais casos, quer legal ou contratualmente previstos, quer impostos pelos organismos oficiais competentes;
- d) Por acordo entre as partes.

#### **CLÁUSULA 14.<sup>a</sup> - RESOLUÇÃO SANCIONATÓRIA**

1. A Entidade adjudicante, independentemente das demais sanções e penalidades previstas na lei e no Contrato, poderá decidir a resolução do Contrato quando não sejam cumpridas pelo Adjudicatário quaisquer cláusulas contratuais e desde que tal não resulte de motivos de força maior, nomeadamente:

- a) Não conformidade dos serviços com as características estabelecidas;
  - b) Incumprimento definitivo do Contrato;
  - c) Incumprimento de ordens, diretivas ou instruções transmitidas no exercício do poder de direção sobre matéria relativa à execução das prestações contratuais;
  - d) Se o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder 20% do preço contratual;
  - e) Nas situações previstas nas alíneas c), d), f) e h) do número 1 do artigo 333.º do CCP.
2. A resolução do Contrato não afetará a parte já cumprida do mesmo se, do ponto de vista da Entidade adjudicante, tal parte tiver interesse para esta, pois, caso contrário, a eficácia será retroativa.
3. A resolução do Contrato não invalida o direito a qualquer ação que venha a ser interposta por parte da Entidade adjudicante, com vista à justa indemnização por perdas e danos eventualmente sofridos.
4. A comunicação da resolução do Contrato deve ser efetuada mediante notificação à outra parte, por carta registada com aviso de receção.

#### **CLÁUSULA 15.ª - PENALIDADES CONTRATUAIS**

1. Em caso de incumprimento do Adjudicatário, nomeadamente os níveis de serviço a que está obrigado, por via dos requisitos de serviço definidos no Contrato, e desde que tal não resulte de motivos de força maior e sem prejuízo das situações de rescisão contratual previstas, a entidade Adjudicante poderá aplicar penalidades pecuniárias, calculadas de acordo com o tipo de incumprimento observado, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, com um mínimo correspondente a 1% do preço base do procedimento fixado no presente Contrato, por cada dia de atraso..
2. Integram o conceito de incumprimento contratual sancionável nos termos do número anterior, entre outros, os seguintes comportamentos do Adjudicatário:
- a) Atraso no início e/ou na conclusão da prestação objeto do contrato;

- b) Atraso na alocação dos recursos humanos contratados e/ou na sua substituição, quando requerida pela NOVA;
  - c) Não comparência reiterada dos recursos humanos na data e hora indicadas pela NOVA;
  - d) Não alocação (ou atraso na mesma) de recursos humanos com os perfis exigidos.
- 3. Em caso de resolução do contrato a celebrar nos termos do presente Contrato por incumprimento do Adjudicatário, a Entidade adjudicante poderá exigir-lhe uma pena pecuniária até 20% do preço contratual.
- 4. Nos casos em que seja atingido o limite previsto no número anterior e a NOVA decida não proceder à resolução do Contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.
- 5. O não cumprimento das cláusulas contratuais a que o Adjudicatário se tenha obrigado, e quando a sua gravidade o justifique pelos prejuízos causados à Entidade adjudicante, por razões que lhe sejam imputáveis e que não resultem de motivos de força maior, poderá constituir fundamento para a rescisão imediata do contrato a celebrar nos termos do presente Contrato, com perda de direito a indemnização, independentemente das demais sanções previstas na lei e de outros procedimentos que se decida adotar.
- 6. A parte que invocará casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.
- 7. Considera-se haver incumprimento definitivo, suscetível de aplicação da sanção de resolução sancionatória quando, após notificação e concessão de prazo para o cumprimento da obrigação em falta, ao Adjudicatário continue a incorrer em incumprimento.
- 8. A NOVA pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do Contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
- 9. As penas pecuniárias eventualmente aplicáveis ao Adjudicatário não obstam a que a NOVA exija uma indemnização pelo dano excedente.
- 10. Em caso de atraso da NOVA no cumprimento das suas obrigações pecuniárias, ao Adjudicatário tem direito aos juros de mora sobre o

montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora.

#### **CLÁUSULA 16.<sup>a</sup> - FORÇA MAIOR**

1. Para efeitos do Contrato, entende-se por casos de força maior, aqueles que se situem fora do controlo do Adjudicatário, desde que não provocados por negligência ou falta grave da sua parte. Tais casos incluem, entre outros, greves, guerra, agressões armadas, tumultos, incêndios, explosões, cataclismos, atos contra a segurança pública, epidemias e restrições devido a quarentenas de que resultem, atraso e/ou interrupção do fornecimento e/ou da prestação de serviços.
2. Não constituem força maior, designadamente:
  - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Adjudicatário, na parte em que intervenham;
  - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ela recaiam;
  - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Adjudicatário de normas legais;
  - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Adjudicatário não devidas a sabotagem;
  - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
3. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

4. A parte que invocar ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos fortuitos ou de força maior deverá, imediatamente, comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.

#### **CLÁUSULA 17.<sup>a</sup> - ALTERAÇÕES RELATIVAS AO ADJUDICATÁRIO**

O Adjudicatário deverá informar a Entidade adjudicante das alterações verificadas durante a execução do Contrato referentes a:

- a) poderes de representação;
- b) nome ou denominação social;
- c) endereço ou sede social;
- d) quaisquer outros factos que alterem de modo significativo a sua situação económico-financeira.

#### **CLÁUSULA 18.<sup>a</sup> – SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL**

1. O Adjudicatário não poderá subcontratar ou ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do Contrato (incluindo quaisquer créditos) sem autorização prévia, por escrito, da Entidade adjudicante.
2. Sem prejuízo do previsto no CCP, para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve:
  - a) Ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao Adjudicatário no âmbito do procedimento pré-contratual e do contrato celebrado;
  - b) Ser apreciado pela Entidade adjudicante, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do CCP, e, caso seja aplicável, se tem capacidade técnica e financeira para assegurar o exato e pontual cumprimento do presente Contrato.

#### **CLÁUSULA 19.<sup>a</sup> – SIGILO E PUBLICIDADE**

1. O Adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à

Entidade adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo Adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.
5. O Adjudicatário não poderá fazer ou consentir qualquer espécie de publicidade relacionada com o Contrato, sem a prévia autorização, por escrito, da Entidade adjudicante.

#### **CLÁUSULA 20.<sup>a</sup> – PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

6. Se aplicável, o Adjudicatário compromete-se a obter, junto dos titulares de dados pessoais sujeitos a qualquer operação de tratamento, na medida do estritamente necessário para a integral e adequada prossecução dos fins delimitados pelo âmbito do Contrato, o respetivo consentimento explícito para determinada finalidade específica, bem como para o cumprimento das obrigações jurídicas a que a NOVA esteja sujeito em virtude do mesmo, nomeadamente, as relativas a comunicações e fornecimento dos dados pessoais em questão aos serviços/entidades/organismos internos da NOVA, no âmbito da relação jurídica estabelecida.



7. O Adjudicatário não tratará os dados pessoais para fins próprios, nem fará uso dos mesmos em qualquer produto ou serviço disponibilizado a terceiros.
8. O Adjudicatário compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela NOVA ao abrigo do Contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pela Entidade adjudicante.
9. O Adjudicatário compromete-se, igualmente, perante a NOVA, a declarar, por escrito, ter informado os titulares dos dados pessoais a que aludem os números anteriores dos direitos que lhes assistem relativamente aos mesmos, nomeadamente, os direitos ao acesso, retificação, apagamento, limitação e oposição do tratamento, portabilidade, revogação do consentimento prestado e reclamação às autoridades de controlo, bem como do prazo de conservação dos seus dados pessoais após a cessação da relação jurídica estabelecida.
10. O Adjudicatário será responsável por qualquer prejuízo em que a NOVA venha a incorrer em consequência do tratamento de dados pessoais, por parte do mesmo e/ou dos seus colaboradores, bem como dos seus eventuais subcontratantes, em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato.
11. Para efeitos do disposto nos números anteriores da presente cláusula entende-se por “colaborador” toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços à NOVA, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre a NOVA e o referido colaborador.
12. A obrigação de confidencialidade prevista na presente cláusula mantém-se mesmo após a cessação do contrato, independentemente do motivo da cessação.

#### **CLÁUSULA 21.<sup>a</sup> – SEGUROS**

1. Se aplicável e sem prejuízo do disposto *supra* relativamente às obrigações e responsabilidades do Adjudicatário, e sem que isso constitua limitação das mesmas, nos termos do previsto no Contrato e demais documentação, o Adjudicatário deverá ser o tomador das apólices de seguro necessárias, ou regime equivalente, à cobertura dos seguintes riscos:
  - a) Acidentes de trabalho;
  - b) Responsabilidade civil por quaisquer danos ocorridos durante a execução do Contrato, e que cubra, como mínimo até ao valor do mesmo, as tarefas a executar pelo Adjudicatário ao abrigo do mesmo durante a sua vigência.
2. O Adjudicatário apresentará, antes da outorga do contrato, as apólices de seguro mencionadas no número anterior, mediante solicitação da Entidade adjudicante.
3. A Entidade adjudicante poderá exigir a todo o momento ao Adjudicatário a apresentação das apólices de seguro e os recibos comprovativos do pagamento dos prémios respetivos.
4. Qualquer dedução efetuada pela seguradora a título de franquia em caso de sinistro indemnizável será suportada pelo Adjudicatário.

#### **CLÁUSULA 22.<sup>a</sup> – CAUÇÃO**

1. O Adjudicatário deverá prestar à entidade Adjudicante, a título de caução, de acordo com o previsto nos artigos 88.º e seguintes do CCP, um montante correspondente a **5%** do montante total do preço contratual.
2. A caução será libertada pela entidade Adjudicante no prazo de 30 (trinta) dias, após o cumprimento de todas as obrigações contratuais.

#### **CLÁUSULA 23.<sup>a</sup> – EXECUÇÃO DA CAUÇÃO**

1. Para além dos casos previstos no n.º 2 da cláusula anterior, a caução prestada pode ser executada pela entidade Adjudicante, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo Adjudicatário das

obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de penalidades, ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no Contrato ou na Lei.

2. A resolução do Contrato pela entidade Adjudicante não impede a execução da caução ou da quantia retida, contanto que para isso haja motivo.
3. A execução parcial ou total da caução ou da quantia retida referidas nos números anteriores constitui o Adjudicatário na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes dessa mesma execução, após a notificação para esse efeito por parte da entidade Adjudicante.

#### **CLÁUSULA 24.<sup>a</sup> – LIBERAÇÃO, SUBSTITUIÇÃO E REFORÇO DA CAUÇÃO**

1. A Entidade Adjudicante promoverá a liberação da caução no prazo de **30 (trinta)** dias após o cumprimento de todas as obrigações contratuais pelo Adjudicatário.
2. Caso seja necessário, o modo de substituição e de reforço da caução devem ter em conta o previsto, com as devidas e necessárias adaptações, nos artigos 294.º e 353.º, respetivamente, ambos do CCP.

#### **CLÁUSULA 25.<sup>a</sup> - NOTIFICAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

1. As notificações e comunicações entre as partes do Contrato devem ser dirigidas para o domicílio ou sede contratual de cada uma.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do Contrato, deve ser comunicada à outra parte tempestivamente e por escrito.

#### **CLÁUSULA 26.<sup>a</sup> - CONTAGEM DOS PRAZOS**

Os prazos previstos no Contrato não se suspendem em sábados, domingos e dias feriados, salvo indicação expressa em contrário.

#### **CLÁUSULA 27.<sup>a</sup> - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E JURISDIÇÃO COMPETENTE**

1. O Contrato tem natureza administrativa e é regulado pela legislação portuguesa aplicável.
2. No caso de recursos aos Tribunais, o foro escolhido será o Tribunal Administrativo de Círculo (TAC) de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.
3. As partes podem acordar em que, todo e qualquer litígio emergente da prestação dos serviços sejam dirimidos pelo recurso à arbitragem.

## **CLÁUSULA 28.<sup>a</sup> - CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL**

1. A despesa inerente à execução do objeto do Contrato será satisfeita através da correspondente dotação do Orçamento da Reitoria da UNL, através de declaração de assunção de compromissos plurianuais, autorizada por deliberação do Conselho de Gestão da UNL.
2. Os números de compromisso do Contrato, conforme exigido no n.º 3 do artigo 5.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, serão indicados no momento da adjudicação.

**[FIM DO CLAUSULADO]**

### **Anexos:**

- Anexo I – Especificações Técnicas;

## ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Sem prejuízo das obrigações previstas no Código dos Contratos Públicos, constituem obrigações do adjudicatário no âmbito da “Aquisição de serviços de agência de viagens e similares para a Reitoria da Universidade NOVA de Lisboa”, as seguintes especificações mínimas:

### ANEXO I

#### Cláusulas Técnicas

Acreditação pela *International Air Transport Association* (IATA) e;

Acesso a um sistema de distribuição global (*GDS – Global Distribution System*);

O prazo de vigência do contrato é de 15 meses com início na data da sua assinatura;

#### **A. Objeto**

1. É objeto deste procedimento a aquisição de serviços de agência de viagens, nomeadamente:
  - a) Serviços de transporte aéreo – consulta, reserva e emissão de passagens aéreas nacionais e internacionais;
  - b) Serviços de alojamento – consulta, reserva e emissão de vouchers de alojamento em território nacional e internacional;
  - c) Serviços de transporte ferroviário – consulta, reserva e emissão de títulos de transporte nacionais e internacionais;
  - d) Outros serviços complementares – *transfers*, vistos e/ou entrega de documentação.

#### **B. Execução dos serviços**

1. Os serviços serão executados, mediante o envio de um formulário pela Entidade Adjudicante, para efeitos de pedido de orçamento e envio da correspondente nota de encomenda, que funciona como uma requisição dos serviços a prestar em cada situação concreta.
2. A Entidade Adjudicante reserva-se no direito de consultar outras agências de

- viagens, obrigando-se o Adjudicatário a acompanhar o preço mais baixo, desde que reunidas as mesmas especificações e condições do serviço requerido.
3. A Entidade Adjudicante, ao abrigo do direito de consulta a outras agências de viagens pode, ainda, apresentar ao Adjudicatário, outras alternativas que se afigurem mais vantajosas.
  4. Nas situações referidas nos dois números anteriores, e caso o Adjudicatário não possa, comprovadamente, acompanhar a alternativa ou melhorar a mesma, assiste à Entidade Adjudicante o direito de optar pela solução mais vantajosa, ainda que apresentada por entidade diferente do Adjudicatário.
  5. No caso de a opção não recair sobre a solução apresentada pelo Adjudicatário, e caso existam custos decorrentes do cancelamento dos serviços já prestados, estes serão debitados à Entidade Adjudicante.
  6. O Adjudicatário deverá designar uma equipa de consultores de viagem que assegure:
    - i. o processamento do fluxo diário de pedidos realizados pela Entidade Adjudicante (das 9h30m às 18h00m) de acordo com os termos e condições para a prestação de serviços previstos no presente Caderno de Encargos;
    - ii. a aplicação de tarifas negociadas com companhias aéreas e com unidades hoteleiras preferenciais, tanto a nível nacional, como a nível internacional.
  7. O Adjudicatário deverá proceder à consulta e à informação dos requisitos para o objeto do serviço que lhe é solicitado pela Entidade Adjudicante, nomeadamente, necessidade e validade de passaporte e vistos, à verificação das características que sejam críticas à segurança e ao funcionamento adequados do serviço, tais como, estabilidade política do país de destino, condições sanitárias e vacinação obrigatória, e à informação sobre potenciais greves das companhias aéreas e ou outras entidades que possam ter interferência na prestação do serviço em causa.
  8. O Adjudicatário deverá apresentar, no mínimo, 3 (três) orçamentos para cada formulário da Entidade Adjudicante.
  9. O Adjudicatário deverá assegurar disponibilidade permanente para efeitos de contacto telefónico durante o período de 24 horas, todos os dias do ano, para apoio aos viajantes ou para resolução de solicitações urgentes fora do horário

laboral, período dentro do qual deverão ser utilizados os meios normais de contacto.

10. O Adjudicatário deverá assegurar que para todas as matérias decorrentes da prestação de serviços e colocadas pela Entidade Adjudicante ao Gestor de Cliente, o tempo de resposta não exceda 4 (quatro) dias úteis, nas situações normais e 1 (um) dia útil nas situações urgentes.

### **C. Níveis de serviços mínimos**

1. São considerados serviços mínimos os seguintes:
  - a) Assegurar a prestação do serviço ao mais baixo preço;
  - b) Garantir o atendimento presencial todos os dias úteis das 9h30m às 18h00m;
  - c) Garantir o atendimento telefónico, todos os dias úteis 24h/24h;
  - d) Garantir o atendimento por correio eletrónico, todos os dias úteis das 9h30m às 18h00m, assegurando um período máximo de 2 (duas) horas para envio da confirmação de receção de pedidos por correio eletrónico;
  - e) Além dos níveis de serviço referidos, o Adjudicatário obriga--se a garantir a disponibilização de orçamentos todos os dias úteis, assim que os tiver recebido dos respetivos fornecedores, sendo que, nos casos de urgência ou imprevisibilidade, o prazo máximo para a entrega dos orçamentos será de 3 horas;
  - f) Garantir uma taxa de erros e/ou enganos inferior a 1% (um por cento) na faturação e em quaisquer outras situações, que não cumpram, por motivo imputável ao prestador do serviço, as especificações exigidas e os pedidos efetuados pela Entidade Adjudicante;
  - g) Garantir que as respostas às reclamações e sugestões serão dadas num prazo inferior a 5 (cinco) dias de calendário;
  - h) Assegurar a emissão dos relatórios, de acordo com o cronograma e as presentes especificações técnicas;
  - i) Assegurar a existência de um gestor de cliente, que possa ser contactado todos os dias úteis das 9h30m às 18h00m, no âmbito de questões técnicas e/ou comerciais decorrentes da prestação de serviços.

#### **D. Níveis de serviços específicos**

1. Na prestação de serviços de **transporte aéreo**, o Adjudicatário obriga-se a:
  - a) Garantir a entrega de orçamentos todos os dias úteis e assim que os tiver recebido dos respetivos fornecedores, sendo que, nos casos de urgência de imprevisibilidade, o prazo máximo para a entrega dos orçamentos será de 3 horas;
  - b) Consultar e informar a Entidade Adjudicante sobre a disponibilidade dos vôos aéreos nacionais, europeus e intercontinentais, em companhias regulares e *low cost*, de acordo com as solicitações da mesma;
  - c) Apresentar, pelo menos, 3 (três) propostas para o transporte aéreo solicitado;
  - d) Acompanhar a informação referente às alíneas anteriores dos seguintes elementos:
    - i. Identificação do pedido da Entidade Adjudicante;
    - ii. Classes de vôo;
    - iii. Tarifas mais económicas disponíveis, incluindo tarifas com restrições e sem restrições, indicando em todas a respetiva validade;
    - iv. Política de alteração e cancelamento de cada proposta apresentada;
    - v. Possibilidade de efetuar pré-reserva sem custos e validade desta;
    - vi. Dados necessários do(s) passageiro(s) que a Entidade Adjudicante deve fornecer;
    - vii. Outros elementos considerados relevantes para a realização da viagem, tais como, a mudança de aeroporto implique a aquisição de serviço de *transfer*.
  - e) Proceder à reserva, à emissão e ao envio, para a Entidade Adjudicante, das passagens aéreas nacionais, europeias e intercontinentais, em companhias regulares e *low-cost*, as quais devem ser acompanhadas de toda a informação útil sobre a viagem.
2. Na prestação de serviços de transporte ferroviário, o Adjudicatário obriga-se a:
  - a) Garantir a entrega de orçamentos todos os dias úteis e assim que os tiver recebido dos respetivos fornecedores, sendo que, nos casos de urgência de imprevisibilidade, o prazo máximo para a entrega dos orçamentos será de 3 horas;
  - b) Consultar e informar a Entidade Adjudicante sobre a disponibilidade da



viagem, de acordo com as solicitações da mesma, devendo esta informação ser acompanhada dos seguintes elementos:

- i. Classe e horário de partida e chegada;
  - ii. Política de alteração, reembolso e cancelamento da viagem;
  - iii. Dados necessários do(s) passageiro(s) que a Entidade Adjudicante deve fornecer;
  - iv. Outros elementos considerados relevantes para a realização da viagem.
- c) Reservar, emitir e enviar os bilhetes eletrónicos para a Entidade Adjudicante acompanhados de toda a informação útil sobre a viagem;
- d) Alterar e cancelar da viagem, se solicitado.
3. Na prestação de **serviços de alojamento**, o Adjudicatário obriga-se a:
- a) Garantir a entrega de orçamentos todos os dias úteis e assim que os tiver recebido dos respetivos fornecedores, sendo que, nos casos de urgência de imprevisibilidade, o prazo máximo para a entrega dos orçamentos será de 3 horas;
  - b) Consultar e informar a Entidade Adjudicante sobre a disponibilidade de tarifas de hotéis, tanto nacionais, como internacionais, quer indicados pela Entidade Adjudicante, quer sugeridos pelo Adjudicatário, em conformidade com as condições solicitadas, sendo que, em regra e preferencialmente, deverão ser até três estrelas;
  - c) Apresentar, excecionalmente, orçamentos para estada em hotéis com número superior de estrelas, nos seguintes casos:
    - i. Quando o preço for mais económico por comparação com o de hotéis de três estrelas, na zona limítrofe do local de destino;
    - ii. Inexistência ou indisponibilidade de hotel até três estrelas no local pretendido;
    - iii. Quando se afigure economicamente mais vantajosa a estada num hotel de mais de três estrelas no local pretendido por comparação com hotéis até três estrelas fora da zona limítrofe desse local.
  - d) Apresentar, pelo menos, 3 (três) alternativas para o alojamento, em conformidade com o solicitado ou em condições mais favoráveis;
  - e) Acompanhar a informação referente às alíneas anteriores dos seguintes elementos:
    - i. Categoria do hotel, tipologia do quarto e regime do alojamento;

- ii. Tarifas mais económicas eventualmente disponíveis, incluindo tarifas com reembolso e sem reembolso, indicando, em qualquer caso, a respetiva validade;
  - iii. Política de alteração e cancelamento de cada proposta de alojamento apresentada;
  - iv. Possibilidade de efetuar pré-reserva sem custos e validade desta;
  - v. Informação útil sobre o alojamento sugerido por ambas as partes, incluindo itinerários, serviços incluídos no regime de alojamento apresentado, tais como refeições e bebidas, moradas, horários, acessibilidades;
  - vi. Dados necessários do(s) passageiro(s) que a Entidade Adjudicante deve fornecer;
  - vii. Outros elementos considerados relevantes para a realização da viagem.
- f) Reservar, emitir e enviar os bilhetes eletrónicos para a Entidade Adjudicante, acompanhados de toda a informação útil sobre a viagem.
4. Para a prestação de outros serviços complementares, o Adjudicatário obriga-se a:
- a) Informar sobre a obrigatoriedade de emissão de visto nas deslocações a determinados destinos;
  - b) Gerir todo o processo de obtenção de vistos com a máxima rapidez possível;
  - c) Enviar à Entidade Adjudicante os) visto(s) acompanhado(s) de toda a informação pertinente;
  - d) Informar da necessidade de requerer o serviço de *transfer*.

#### **E. Relatórios para efeitos de verificação e monitorização**

Constitui obrigação do Adjudicatário a elaboração e o envio para Entidade Adjudicante dos seguintes relatórios:

- a) Relatório de faturação – deve ser enviado até ao dia 15 do mês seguinte ao da emissão das faturas a que diga respeito e conter, com a agregação de informação, os seguintes elementos:
  - i. Identificação da Entidade Adjudicante;
  - ii. Identificação da requisição;
  - iii. Descrição quantitativa do serviço e respetivos preços unitários;
  - iv. Número, data e valor das faturas.

- b) Relatório de níveis de serviço - deve ser enviado até ao dia 15 do mês seguinte ao da emissão das faturas a que diga respeito e conter os seguintes elementos:
- i. Identificação da Entidade Adjudicante;
  - ii. Descrição quantitativa do serviço e respetivos preços unitários;
  - iii. Número, data e valor das faturas;
  - iv. Quantidade de serviços requisitados, consultados/orçamentados e encomendados/prestados;
  - v. Número de dias decorridos entre a data da requisição e a data de prestação do serviço nas condições exigidas.